

Questão de materialidade: a carteira escolar no congresso da instrução pública do Rio de Janeiro (1883)¹

Etienne Baldez Louzada Barbosa²

Juarez José Tuchinski dos Anjos³

RESUMO

O artigo em tela volta-se para o Congresso da Instrução Pública, planejado para ocorrer no Rio de Janeiro, capital do Império, no ano de 1883. Toma como objeto de análise as discussões relacionadas à carteira escolar, e à sua materialidade, presentes nas *Atas e Pareceres* do congresso, publicadas apesar de o congresso efetivamente não ter sido realizado por falta de verbas. Valendo-se da metodologia da pesquisa histórica, o artigo persegue um duplo objetivo: 1) compreender o movimento de organização de tal congresso naquele período; 2) identificar que modelos de carteira foram debatidos e indicados como os mais adequados para serem utilizados nas escolas.

Palavras-chave: Carteiras escolares. Congresso da Instrução. Cultura material escolar.

Materiality issue: the school desk at the congress of public instruction of Rio de Janeiro (1883)

ABSTRACT

The article in question turns to the Congress of Public Instruction, which was planned to take place in Rio de Janeiro, capital of the Empire, in 1883. It takes as object of analysis the discussions related to the school desk and its materiality present in the Congressional Proceedings and

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), agência para a qual deixamos aqui registrados nossos agradecimentos.

2 Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da UnB. E-mail: etienne.baldez@unb.br.

3 Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da UnB. E-mail : juarezdosanjos@unb.br.

Reports, which were published despite the fact that the Congress was not actually held due to lack of funds. Using the methodology of historical research, the article pursues a double objective: 1) to understand the movement of organizing such a congress in that period; 2) identify which desk models were discussed and indicated as the most suitable for use in schools.

Keywords: School desks. Congress of Instruction. School Material Culture.

Cuestión de materialidad: el pupitre escolar en el congreso de instrucción pública de Río de Janeiro (1883)

RESUMEN

El artículo en cuestión se refiere al Congreso de Instrucción Pública, que estaba previsto que tuviera lugar en Río de Janeiro, capital del Imperio, en 1883. Toma como objeto de análisis las discusiones relacionadas con el pupitre escolar y su materialidad presentes en las *Actas y Pareceres* del congreso, las cuales fueron publicadas a pesar de que el Congreso no se realizó efectivamente por falta de fondos. Utilizando la metodología de investigación histórica, el artículo persigue un doble objetivo: 1) comprender el movimiento de organizar tal congreso en ese período; 2) identificar qué modelos de pupitre se discutieron e indicaron como los más adecuados para su uso en las escuelas.

Palabras clave: Pupitres escolares. Congreso de Instrucción. Cultura material da la escuela.

Introdução

Ao longo do século XIX, é possível acompanhar nos jornais brasileiros e nos relatórios de presidentes de província, inspetores/diretores gerais da instrução pública e professores, a circulação de questões concernentes à instrução pública – métodos, formação docente, matrícula, frequência, embasamento teórico, referências nacionais e internacionais sobre o ensino, etc. – e, entre essas, um debate sobre materiais escolares (utensílios e mobília). É para a materialidade escolar que este artigo se volta, delimitando o olhar ao Congresso da Instrução Pública, planejado para ocorrer no Rio de Janeiro em 1883, mas que não chegou a ser

realizado, tendo publicados apenas suas *Actas e Pareceres*, para analisar, especificamente, as discussões relacionadas à carteira escolar e à sua materialidade.

Atentar para a carteira escolar é compreender que, enquanto elemento material da cultura, ela é um objeto que, por suas características econômico-comerciais, pode até suscitar uma curiosidade histórica, mas, acima de tudo, possibilita levantar as relações travadas desde a sua concepção, fabricação, circulação e destino de uso final. Essas relações evidenciam práticas de diferentes sujeitos envolvidos. Como pondera Pesez (2005, p. 285), a retórica sobre cultura material “apresenta o interesse de reintroduzir o homem na história, por intermédio da vivência material”. Meneses (2005, p. 18) reforça que os objetos “não são apenas produtos, mas vetores de relações sociais”. Neste sentido, a carteira aqui investigada é um produto que então se destinava a um espaço específico – o escolar –, para ser utilizado por determinados sujeitos – alunos e alunas –, fazendo parte do que se denomina como cultura material escolar.

Ser um objeto que compõe a cultura material escolar significa dizer que ele se adapta ou amolda aos usos e sentidos pensados para aquele ambiente. Essa relação, contudo, não é estática. Um objeto pode ter sido pensado para o espaço escolar e ter sido apropriado pela sociedade no geral, fora da escola, da mesma forma que o inverso também pode ocorrer. “Portanto”, escreve Souza (2007, p. 177), “o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas”. As carteiras apresentadas ao Congresso de Instrução Pública foram pensadas para uso nas escolas, acompanhadas de justificativas para tal utilização.

Como ponderam Silva e Souza (2018), as carteiras-escolares, ao adotarem um aparato material que configura o que identificamos como espaço oficial de aprendizagem, se transformaram em ícones, “objetos que sozinhos representam a escola. Mobiliário e carteiras escolares irão compor uma agenda de debates e integram catálogos de fabricantes que passam a circular nas exposições universais, nos jornais e periódicos” (SILVA; SOUZA, 2018, p. 132). Alcântara (2016) pontua que catálogos de indústrias de mobília escolar em exposições universais não circulavam apenas nos pavilhões para serem exibidos a seus frequentadores; eram enviados a escolas para que estas escolhessem e comprassem o que lhes fosse necessário.

Já no Brasil, na exposição pedagógica realizada no Rio de Janeiro em 1883, os relatórios do júri, sistematizados, de acordo com Alcântara (2016, p. 117), em “um documento elaborado por especialistas, no qual descrevem os objetos que concorreram a prêmios, bem como os motivos das premiações recebidas na exposição”, acabam por se configurar como um catálogo, uma vez que indicam “a apreciação e apropriação dos modelos de carteira disponíveis no mercado pelos educadores brasileiros”. A Exposição Pedagógica de 1883 substituiu o Congresso de Instrução Pública, pensado e organizado para o mesmo ano, com inauguração prevista para o dia 1º de junho. Apesar de não ter ocorrido, o congresso deixou registro documental das teses e pareceres sobre questões de educação no Brasil que haviam sido selecionadas para as apresentações e discussões programadas.

Esse congresso havia sido convocado pelo conselheiro Leão Veloso, ministro do Império, em 1882, sendo indicado para a sua presidência o Conde d’Eu, que havia sugerido a realização de uma exposição pedagógica, seguindo o exemplo do que ocorrera em Paris e Bruxelas. Como explicita Bastos (2005, p. 121) “o congresso pretendia ser uma tribuna de discussão e decisões sobre os rumos da educação brasileira, tanto em aspectos formais e organizacionais, como em aspectos pedagógicos”. O ato do governo imperial, assinado por Veloso, circulou nos jornais de diversas províncias brasileiras. Nele havia dezessete artigos e as orientações sobre questões a serem tomadas após apresentação nas conferências. Entre as disposições para convocação, organização e conferências do congresso, o referido ato destaca que “o Congresso se dividirá em duas seções: a 1ª seção se aplicará ao estudo de questões relativas ao ensino primário, secundário e profissional; a 2ª se ocupará de questões concernentes ao ensino superior” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1883, p. 292).

É para as atas e teses apresentadas na primeira seção, compiladas e publicadas mesmo após a não realização do congresso, que aqui voltamos o nosso olhar, admitindo a afirmativa de Felgueiras (2005, p. 97) de que “falar de cultura material da escola é mudar o foco de atenção [...]”, no sentido de ampliar a visão para os objetos que dão suporte às práticas educativas e não somente às ações de docentes (métodos, disciplina, castigos, relatórios), de inspetores/diretores gerais da instrução pública (fiscalização e orientação das práticas relacionadas às escolas – métodos, utensílios e mobília, matrícula e frequência,

obrigatoriedade do ensino – e ao papel da família nessa relação) e de presidentes de províncias (responsáveis por toda a dimensão educativa em seu território).

Quando aqui se tomam as carteiras escolares, consideram-se as discussões de outros estudos brasileiros que se têm ocupado da questão da materialidade no universo educacional, seja tratando de edifícios, utensílios e mobílias, de museus escolares, de manuais didáticos e materiais pedagógicos, etc.⁴ À luz do que pondera Escolano (2017) sobre as mudanças de materiais que coabitam no universo escolar e com ele interagem, a carteira pode aqui ser tomada como “testemunho” da escola primária, “como aquilo que corresponde aos métodos de aprendizagem, aos modos de ensinar, aos assuntos implícitos nos textos, às formas de sociabilidade que existem entre eles e a outros aspectos dos processos de desenvolvimento iniciados nas mesmas coisas” (ESCOLANO, 2017, p. 4, tradução nossa).

Diante do exposto, o olhar para o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro (1883) aqui se divide em um duplo objetivo: 1) compreender o movimento de sua organização naquele período; 2) identificar que modelos de carteira foram debatidos e indicados como os mais adequados para serem utilizados nas escolas. A narrativa histórica aqui desenvolvida, no encaixe desses objetivos, desdobra-se em duas partes.

Da proposição à não realização do congresso de instrução pública: entraves econômicos e políticos

Lourenço Filho (1946, p. 5) caracterizava como ‘malogrado’ o “Congresso de Instrução de 1883”, quando recordava iniciativas anteriores à I Conferência Nacional de Educação, realizada em 1941, “de reunir educadores e administradores do ensino de todo o país para o fim de estudar questões de organização pedagógica”. Neste sentido, o projeto do congresso não ocorreu por falta de verba, mas fracassou na forma como foi proposto.

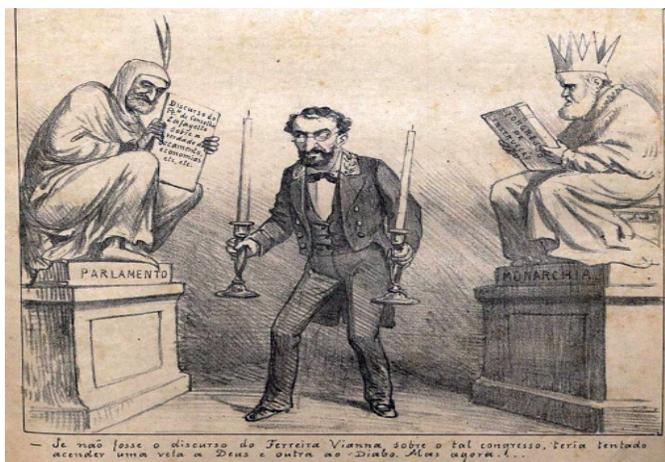
Convocado em dezembro de 1882 pelo ministro do Império para ser realizado seis meses depois, foram nomeados Leôncio de Carvalho para a organização e programa; o Conde d’Eu, como presidente da co-

4 Souza (2007), Barra (2007), Peres; Souza (2011). Castro; Silva (2012), Arriada; Tambara (2012); Alcântara (2016), Santos; Mignot (2018), entre outros.

missão diretora. Entre os apoiadores e articuladores estavam o visconde de Bom Retiro, o conselheiro Manuel Francisco Correia e Franklin Américo de Meneses Dória, todos por já se terem destacado em momentos anteriores nas discussões e proposições voltadas à instrução no Brasil. Esta composição teria sido um dos motivos de embate com os liberais.

Desde o momento da convocação do congresso, é possível observar, nos jornais e revistas do país, posicionamentos de apoio ou repúdio ao evento. Quando confirmada a convocação, foi providenciado o envio de delegados ou de objetos de ensino. No jornal *O Orbe*, de Macieió, vê-se uma ênfase de que tal evento deveria ser apoiado: “Quando o governo convoca um congresso de instrução pública, é necessário que de todos os lados e com energia surjam os arautos da opinião pública, a fim de que tenha êxito faustoso a ação do governo” (O ORBE, 1883a, p. 1). Em *Lucros e Perdas*, é possível ler que “o Congresso de Instrução, com verba ou sem verba, será sempre um mito no país” (LUCROS E PERDAS, 1883, p. 59). Por outro lado, na *Revista Illustrada*, lê-se que “o Congresso da Instrução Pública no Rio de Janeiro seria tão inútil quão inútil foi o congresso agrícola”, reforçando que a finalidade do congresso “é, parece, reformar-se o nosso sistema de instrução. E, para isso, se convida a Europa a vir dizer-nos o melhor sistema” (REVISTA ILLUSTRADA, 1883, p. 2). A capa da referida revista evidencia o dilema de efetivação do congresso (Fig. 1).

Figura 1 – Charge sobre o Congresso da Instrução Pública



Fonte: Revista Illustrada, 1883, nº 345 – Biblioteca Nacional.

Pelas características do personagem ao centro e pelas discussões na Câmara de Deputados, é possível aferir que seja o presidente do Conselho de Ministros, Lafayette Rodrigues. A discussão no Parlamento sobre o financiamento do Congresso de Instrução Pública e da Exposição Pedagógica já vinha indicando um posicionamento contrário à monarquia, no sentido de que “D. Pedro II se antecipara à medida legal”, uma vez que o Legislativo não tinha votado ou concedido os créditos para tal realização (COLLIGIO, 1987, p. 7). Num desses momentos de discussão parlamentar, Andrade Figueira interpelava a mesa:

1º se a Exposição Pedagógica anexada ao Congresso de Instrução Pública convocado para o dia 1º de junho próximo também foi adiada. No caso negativo, por conta de quem ocorrerão as respectivas despesas. 2º qual o programa da exposição aludida. 3º a quanto monta a importância de donativos feitos ao estado desde 20 de outubro de 1877 para serviços à cargo do ministério e, nomeadamente, para o Congresso da Exposição (GAZETA. DA TARDE, 1883, p. 2).

O que estava posto também nesses desencontros orçamentários, ainda que de forma velada, era a divergência entre conservadores e liberais, uma vez que Leão Veloso, ministro do Império, era do gabinete conservador e o que o substituiu, Francisco Antunes Maciel, era do gabinete de Lafayette, formado pelo Partido Liberal.

Ainda assim, a imagem tenta demonstrar que o referido gabinete teria ficado dividido, apesar do posicionamento do Parlamento sobre orçamentos e finanças. O que realmente teria constituído o peso da balança, que reforçou a decisão de Maciel de suspender a realização do Congresso da Instrução Pública, uma vez que este oneraria os cofres públicos, teria sido um discurso proferido por Ferreira Vianna.

O jornal *Gazeta de Notícias*, ao emitir o Boletim Parlamentar, mencionou como teria sido quando Ferreira Vianna entrou no debate sobre o crédito para o congresso e a exposição pedagógica. Segundo informa, mesmo observando serem “cruéis de ironia as palavras do Sr. Ferreira Vianna”, admite não se poder contestar que a preocupação prioritária com o programa a executar tinha sido com a economia, por meio da execução da lei do orçamento. Argumentava que “o congresso é simplesmente destinado, e o Sr. Ministro do império sabe - perfeitamente – à satisfação de uma alta fantasia”. Pontuava ainda o jornal que antes, como deputado, Maciel teria votado contra o crédito ao evento e que

agora, como ministro, não teria mudado a opinião a respeito de o Estado “gastar dinheiro com tais exibições” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883, p. 1). Nas palavras de Ferreira Vianna:

A comissão reconhece que o crédito é de utilidade; mas não basta que um serviço seja útil para que se decrete a despesa. A despesa não se determina pela utilidade do serviço, principalmente em um regime de *déficit* como o nosso. [...] Para que iludir a expectativa pública? O congresso é um barulho. Achava mais razoável que o governo nomeasse uma comissão de pessoas para examinar as escolas de todo o império. O congresso pode ser aberto, mas os amadores que paguem (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883, p. 1).

Antes de ser efetivamente cancelado, enquanto ocorriam os debates sobre a sua importância e despesas, as províncias e as entidades/associações educativas do Rio de Janeiro⁵ se organizaram para enviar representantes ao Congresso de Instrução Pública. Dessa forma, pelo que foi publicado nos jornais brasileiros, é possível traçar uma circulação de professores, inspetores, médicos, advogados, ex-presidentes de província, entre outros, que se dirigiam ao Rio de Janeiro para tomar parte no congresso.

De passagem para a Corte, onde vai tomar parte no Congresso de Instrução Pública, esteve aqui o Exmo. Sr. Dr. João Thomé da Silva, lente da Faculdade de Direito do Recife e que já exerceu aqui o cargo de presidente da província. Desejamos a Sua Exc.^a. próspera viagem e que bem represente os interesses da instrução pública (O ORBE, 1883, p. 1).

O trecho deixa entrever que um representante da província de Pernambuco viajaria para a Corte, passando por Maceió/Alagoas, com o intuito de participar do I Congresso da Instrução Pública. É possível perceber três informações importantes no referido trecho: o *lugar*, no sentido ‘*certeauniano*’, de João Thomé da Silva – bacharel, ex-presidente de província, professor da faculdade de Direito –; o local e o motivo de

5 Nos jornais do Rio de Janeiro é possível acompanhar essas nomeações, tais como: a de Licínio Chaves Barcellos, lente da escola politécnica, delegado da Sociedade Propagadora das Bellas Artes (O GLOBO, 1883, p. 3); a de José Maria Moreir Senra, diretor das aulas da associação, para representar o Liceu Literário Português (O GLOBO, 1883, p. 2); a de Joaquim Fernandes Malheiros, delegado da Congregação da Escola Militar (O GLOBO, 1883, p. 1); a de Mabel V. Paranhos Pederneiras, delegado do Instituto de Bacharéis em Letras (O GLOBO, 1883, p. 2).

sua viagem – Corte, para um congresso – e, por fim, o destaque dado à instrução pública, reforçando haver nisso interesses específicos. Ser professor poderia ser uma das razões para sua viagem, pois o convite para o congresso era direcionado especificamente aos partícipes do ensino. João Thomé da Silva, no entanto, já havia sido presidente de três províncias: Espírito Santo (1872/73); Santa Catarina (1873/75) e Alagoas (1876/77). Exercendo tal função, tinha conhecimento das principais questões que envolviam a instrução pública. Quando esteve à frente da província de Alagoas, teceu elogios, em seu relatório ao imperador, à mobilização que realizava em prol do desenvolvimento da instrução pública, listando as iniciativas que fariam o Brasil trilhar o caminho da prosperidade, e, entre elas, a importância das “associações propagadoras da instrução, [...] e das conferências literárias [...]” (SILVA, 1876, p. 21).

As conferências literárias, também chamadas de conferências populares ou conferências públicas, aconteciam desde 1873 em uma das salas da Escola Pública da Glória, no Rio de Janeiro. As discussões sobre instrução, realizadas em conferências diversas ao longo das décadas de 1870 e 1880, atreladas às notícias de outros congressos internacionais que se voltavam para a questão do ensino, oportunizaram um clima propício para a formulação de um congresso nacional voltado a esse debate. Em 6 de março de 1881, o conselheiro Antonio de Almeida Oliveira sustentou a ideia da proposição de um congresso de instrução no Brasil, enquanto que, em conferências nos meses de abril, maio e dezembro, o conselheiro Leôncio de Carvalho enfatizava a pertinência de determinado certame (LOURENÇO FILHO, 1946). Já Manuel Francisco Correa, ao convocar um congresso de instrução superior, em conferência de 25 de dezembro de 1881, dizia que o congresso fazia “apologia de uma circunstância notável que dá alma e prestígio à (sic) todas as discussões e que é ao mesmo tempo um elemento essencial da vida dos povos adiantados e uma condição inseparável dos congressos científicos”. Findava o pronunciamento afirmando que outro ponto importante era a grande publicidade que o fato daria. Sintetizava dizendo que “um congresso, qualquer que seja o ponto que reúne, na acepção mais genérica, científico, artístico, industrial, é uma das mais brilhantes manifestações da civilização deste século” (CEARENSE, 1882, p. 2).

Acompanhar relatórios de presidentes de província e conferências populares é vislumbrar um consenso, entre os que debatiam ques-

tões pertinentes sobre o ensino no país,⁶ de que um congresso científico era um momento importante para a configuração de ações para a instrução como um todo, atingindo um público maior do que uma conferência. Todavia, apesar de uma aparente consonância sobre a pertinência de um congresso desse porte, o panorama político e orçamentário não permitia sua concretização; contudo, as proposições descritas nas teses sobre as questões apresentadas, principalmente no que tinha relação com a materialidade escolar, permaneceram. E é para elas que nos voltaremos a seguir.

As carteiras escolares entram em cena no congresso de instrução

Os debates mais relevantes sobre mobiliário escolar e, especialmente, carteiras escolares, se o congresso se tivesse concretizado, teriam tido lugar por ocasião da discussão do quinto ponto - "Classificação das Escolas Primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material Escolar" (BRASIL, 1884). Os conferencistas que dele tratariam seriam, respectivamente, os professores Januário dos Santos Sabino, José Manoel Garcia, Manoel Olympio Rodrigues da Costa e a professora Rosalina Pereira Frazão.

Januário dos Santos Sabino era professor público primário desde 1872 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, p. 1), atuando, na década de 1880, como professor da 2ª escola de meninos da Lagoa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1881, p. 3) e estava envolvido com o associativismo docente da Corte, tendo sido presidente do Grêmio de Professores Públicos Primários (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, p. 1). Era, também, com Antonio Estevão da Costa, autor do *Segundo Livro do Curso Metódico de Leituras* (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883).

José Manoel Garcia era natural da província do Maranhão, mestre em artes pela Universidade da Pensilvânia e doutor em Filosofia (JORNAL DO COMÉRCIO, 1884, p. 3). Atuou, dentre outros cargos, como professor da cadeira de português da Escola Normal da Corte (JORNAL DO COMÉRCIO, 1881, p. 1), como diretor dos cursos noturnos mantidos pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (JORNAL DO COMÉR-

⁶ Grupos diversos debatiam as questões concernentes à instrução pública no país, como aqueles que ocupavam cargos no governo imperial, mas, segundo Bastos (2002; 2003), Schueler (2005), Carula (2007), Gondra- Schueler (2008) e Costa (2012), também grupos de intelectuais, religiosos, sociedades e associações diversas.

CIO, 1882, p. 1) e criador, no Externato do Colégio Pedro II, de um curso secundário feminino (JORNAL DO COMÉRCIO, 1883, p. 1).

Manoel Oympio Rodrigues da Costa, antes de sua chegada à Corte, atuou como professor público na Bahia (JORNAL DO COMÉRCIO, 1882). Já no Rio de Janeiro, na década de 1880, o encontramos como professor vitalício da cadeira de português do Imperial Colégio Pedro II (JORNAL DO COMÉRCIO, 1883, p. 1), professor interino da Escola Normal da Corte, na cadeira de pedagogia e prática do ensino primário em geral (O APÓSTOLO, 1880, p. 2) e membro do conselho da Caixa de Beneficência do Corpo Docente (JORNAL DO COMÉRCIO, 1882, p. 2).

Rosalina Pereira Frazão, junto com Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Thereza Pizzaro Filha, foi uma das três mulheres a ter seu trabalho publicado nas *Atas e Pareceres* do Congresso de Instrução de 1883 (MONÇÃO, 2019). Era esposa do também professor Manoel Frazão (SCHUELER, 2002) e, como ele – apesar da busca por seu nome não haver retornado tantos resultados nos jornais da época quanto a do marido, quiçá por sua condição de gênero num mundo de magistério que só então começava a se feminizar (ALMEIDA, 2006) – bastante ativa nos debates sobre instrução, como os realizados nas conferências pedagógicas (SCHUELER, 2002). Na década de 1870, aparece como proprietária de uma escola particular de meninas na Lagoa (SCHUELER, 2007) e professora pública vitalícia da terceira escola da Freguesia da Glória, na década de 1880 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1884, p. 1).

Uma constatação feita pelos conferencistas em relação à materialidade da escola primária oitocentista era, como já observou Valdeniza Maria da Barra (2008), o de sua falta como empecilho para um projeto de escolarização das massas a ser conduzido pelos professores. É o que pontuou Januario dos Santos Sabino (1884, p. 6): “É aqui que a nossa pobreza toca a miséria; sem casas apropriadas, sem mobília conveniente, sem utensis, isto é, sem organização material, a regularidade do ensino é um milagre do zelo do professor”. José Manoel Garcia, por sua vez, foi mais adiante, descrevendo toda a materialidade de que necessitava uma sala de aula para seu bom funcionamento:

A mobília, bem como o local das escolas, deve corresponder necessariamente ao modo de organização que se adotar, e por isso faz-se mister prover cada jardim de crianças de mesas, vitrinas, bancos de encosto em número suficiente, conforme o tamanho da sala; e cada uma das elementares, das complementares e

das de adultos, tanto de estrados, secretárias, cadeiras e tímpanos para os professores ou professoras, como de assentos, carteiras, armários, caixas econômicas e lavatórios para os alunos (GARCIA, 1884, p. 10).

Garcia faz, aqui, a defesa não somente da materialidade da escola, mas dos diferentes tipos de escola que deveriam atender à crescente demanda pela escolarização no seu tempo: jardins de infância para as crianças pequenas – por sinal, objeto de um ponto específico a ser discutido no congresso de instrução (MONÇÃO, 2020); escolas elementares e complementares para as crianças em idade de escolarização e escolas para adultos trabalhadores, alvos de uma instrução tardia, sobretudo após a Reforma Eleitoral de 1881, que, para a qualificação como eleitor, exigia do cidadão que fosse alfabetizado. Para todas essas escolas, ele considerava necessárias mobílias específicas, com destaque para as *carteiras*, ausentes, somente, dos jardins de infância.

Rosalina Frazão, ao começar a discorrer sobre mobília escolar, vai direto ao ponto, afirmando: “Depois da casa [escolar], tem o primeiro lugar os bancos e as mesas para trabalho dos meninos” (FRAZÃO, 1884, p. 8). De fato, boa parte da reflexão sobre o mobiliário feita pelos conferencistas centrou-se nesse ponto que Rosalina, com mais ênfase, e José Manoel Garcia, em síntese, consideravam fundamental: como deveriam ser as mesas e bancos, ou melhor, as carteiras escolares sobre as quais se sentariam os alunos durante os trabalhos escolares. Desse debate emergem pontos que, em seu conjunto, tentam delinear o tipo ideal de carteira escolar a ser adotada nas escolas.

Ao discutir o modelo de carteira a se adotar, José Manoel Garcia e Rosalina Frazão revelam estar a par daquilo que Diana Vidal (2009) denominou de circulação transacional de sujeitos e objetos, defendendo, para tal adoção, modelos estrangeiros, presentes no Brasil e em outros países. José Manoel Garcia, nesse ínterim, defendia que, para “as aulas complementares e de adultos”, eram mais apropriadas as cadeiras-carteiras de tipo americano, que se usavam no externato do Imperial Colégio Pedro II” (GARCIA, 1884, p. 10). Já Rosalina Frazão, discorrendo um pouco mais, parece aproximar-se dos modelos franceses, defendidos por Mr. Bagnaux:

Este ponto tem sido tão discutido que nada poderei acrescentar que adiante ideia. Nas já referidas Conferências Pedagógicas da Soborna na sessão de 27 de

agosto de 1878, uma autoridade muito competente, Mr. Bagnaux, delegado cantonal em Paris, expôs magistralmente os inconvenientes de diversos sistemas defeituosos de bancos e mesas adotados por toda parte e menciona regras que já vi observadas na escola da Imperial Quinta da Boa Vista, em uma visita que lhe fiz (FRAZÃO, 1884, p. 8).

Embora, nesse ponto, os conferencistas não nos deem maiores explicações, sabemos que os bancos-carteiras de modelo americano eram, geralmente, de um ou dois lugares, com a base feita em ferro e tampo em madeira, como os fabricados pela Fábrica Röhle & Irmãos na Corte Imperial (ANJOS, 2019). Em termos higiênicos, eram, como tudo que se fabricava em ferro no Oitocentos, considerados os mais adequados e ergonômicos, já que geralmente contavam com mecanismos que permitiam ser articulados e eram mais resistentes que os móveis feitos de madeira.

Já a referência feita por Rosalina Frazão às Conferências Pedagógicas da Soborna particularmente à de M. de Bagnaux, é duplamente reveladora. De uma parte, confirma que os saberes higiênicos em circulação no Oitocentos sobre as características adequadas que deveriam estar presentes na fabricação das carteiras escolares – tema central da referida conferência francesa, que comparou diversos tipos de mobílias, chegando ao ponto de sugerir as medidas exatas que garantiriam a boa ergonomia desse móvel, adaptando-o ao corpo dos diferentes alunos (BAGNAUX, 1880) – atravessaram o oceano e chegaram a formar o repertório pedagógico de professores primários, como o da própria Rosalina. Por outro lado, anuncia uma característica que diferenciava a conferência de Rosalina das demais aqui analisadas: o recurso constante a uma autoridade – no sentido medieval do termo (VERGER, 1999) –, geralmente especializada e masculina, para referendar suas ideias femininas sobre instrução. Talvez fruto de desigualdades de gênero por ela percebidas e experienciadas, mas que se refletiam em sua forma de participação no congresso de instrução.

Outro aspecto sobre o qual se discutiria no congresso pode ser resumido na seguinte pergunta: Com quantos lugares se faz uma carteira escolar? Os bancos de quatro lugares – então os mais disseminados nas escolas do Império –, segundo Januário dos Santos Sabino, eram os mais inconvenientes à disciplina escolar e ao aprendizado da escrita:

Passando à mobília, vemos que os bancos carteiras, ou por causa do acanhamento das salas ou por qualquer outra razão econômica, ainda são distribuídos na razão de 1 para 4 alunos, o que não só prejudica a disciplina escolar, mas dificulta sumamente o processo da escrita (SABINO, 1884, p. 6).

Januário, do alto de sua experiência como professor primário, certamente sabia que as crianças eram bastante ativas no processo de escolarização (ANJOS, 2018) e recorda, por isso, o inconveniente de comportá-las em grupos de quatro nos bancos escolares, já que assim se podiam entreter em outros fazeres que não os ordinários (CHARTIER, 2000) da sala de aula. Também a escrita era dificultada pelo pouco espaço que cabia a cada aluno na mesa assim dividida. Por isso, para o professor Sabino, o ideal – a se julgar pelas dimensões existentes nas escolas primárias do período, que não poderiam, a seu ver, comportar bancos individuais por falta de espaço – seria “distribuir os bancos na razão de um para dois alunos, já que o acanhamento das salas em que funcionam as escolas não permite que cada um tenha o seu, como, a bem da disciplina, fora para desejar” (SABINO, 1884, p. 7). Perceba-se como o professor, de novo, insiste na tecla da disciplina: esta seria mais bem guardada não no banco de dois lugares – uma espécie de solução intermediária –, mas somente no banco individual.

Sem dúvida, a carteira individual era o modelo considerado mais adequado ao ensino pelos conferencistas. Em se tratando de escolas mistas, era o moralmente indicado, segundo o dr. José Manoel Garcia:

A respeito dos assentos e carteiras para alunos tem-se (sic) suscitado questões de alto interesse sob o duplo ponto de vista da higiene e da pedagogia. Prescindindo da discussão por amor da brevidade, declaro que de quantos tipos pude examinar de visu [sic] e de quantos nos dão notícia o relatório de Mr. Braum, os do Congresso Belga e as monografias de Mr. Narjoux, para as escolas mistas prefiro o do Orphilinato Rotschild, com assento isolado, por ser o mais simples e o mais cômodo. Uma vez que se lhe dê tamanho proporcionado à idade e desenvolvimento físico dos alunos, presta-se ele a arredá-los das distrações, oferece garantia de moralidade e não embaraça o asseio das aulas (GARCIA, 1884, p. 10).

José Manoel Garcia, ao discorrer sobre o melhor modelo de carteiras para alunos, demonstra, mais uma vez, conhecimento de modelos estrangeiros em circulação – no caso, o do orfanato mantido pelos ricos Rotschild, em Paris, e aqueles de que teve notícia do Congresso Belga de Instrução Pública de 1880, e em relatórios de autoridades de ensino estrangeiras. Mas, vai além.

Embora não explique, podemos inferir que sua preferência pelo assento individual para escolas mistas se devia a questões de “garantia de moralidade”, fosse por permitir a devida separação entre corpos masculinos e femininos – público-alvo desse tipo de escola –, fosse por ser objeto de múltiplos discursos que o desqualificavam, sobretudo nos anos finais do Império, pela conseqüente mistura dos sexos, ao mesmo tempo em que possibilitava a expansão da oferta por escolarização.

Ademais, o banco individual evitaria distrações e asseguraria o mais fácil asseio das salas de aula. O banco individual, porém, só alcançaria tais benefícios se fosse produzido com “tamanho proporcionado à idade e desenvolvimento físico dos alunos”. Voltaremos a esse ponto da ergonomia mais adiante.

Os modelos individuais possuíam, ainda, outras vantagens, que foram objeto de destaque no parecer do professor Manoel Olympio Rodrigues da Costa:

Quanto a mobília, eu entendo que o sistema de uma só carteira e um só banco para cada aluno deve ser preferido; a disciplina ganha pela facilidade das evoluções na aula; a educação lucra, porque o aluno se habitua a responsabilidade de seus atos, a qual, com esta mobília, não pode tão facilmente ser dividida com os outros (COSTA, 1884, p. 12).

Uma vez mais, razões de ordem disciplinar aconselhavam a adoção da carteira individual, sobretudo porque cada aluno se tornaria responsável pelos atos ocorridos no lugar que ocupava no interior da sala de aula! Rosalina Frazão também fazia a defesa dos bancos-carteiras individuais, embora não deixasse de reconhecer que, na prática, sua utilização fosse mais problemática. De novo recorrendo a uma autoridade masculina para expor seu pensamento, transcrevendo parte do relatório do dr. Antonio de Paula Freitas, responsável pela confecção da mobília da Escola Imperial da Quinta da Boa Vista, fez suas as palavras dele:

Outra questão, que vem ao caso, é a dos lugares em cada mesa: se apenas um, se dois ou se mais. As mesas com um lugar são racionalmente as mais convenientes, porque os alunos ficam inteiramente separados uns dos outros; mas na prática nem sempre são as preferidas por motivos de economia e de falta de espaço. Na Escola Imperial [da] Quinta as mesas dão lugar a um só aluno, o qual, além das comodidades apontadas, encontra para seu uso um tinteiro embutido na tábua da mesa, uma pequena cavidade para guardar a caneta ou o lápis; e na parte inferior da tábua, uma prateleira para depositar os livros (FRAZÃO, 1884, p. 9, grifos do autor).

Aqui, a separação de corpos comparece como argumento disciplinar a aconselhar a adoção da carteira individual, porque nela “os alunos ficam inteiramente separados uns dos outros” (FRAZÃO, 1884, p.9). Em escolas como a da Quinta da Boa Vista, o resultado teria sido dos melhores, havendo, inclusive, compartimentos para guardar os utensílios de escrita e leitura, trazendo maior comodidade ao trabalho escolar. Mas, na maioria das escolas, a carteira escolar individual acabava sendo preterida por falta de espaço. Era, como temos notado, uma equação de difícil solução: a melhor carteira escolar era a individual, mas adotá-la requeria um espaço de que as escolas oitocentistas nem sempre dispunham.

Por essa razão, conquanto também defendesse a superioridade da carteira de um só lugar sobre as demais, o professor Manoel Olympio Rodrigues da Costa não deixou de refletir sobre as limitações para sua adoção generalizada nas escolas do Império:

As carteiras individuais demandam, porém, muito espaço. Uma sala de 1200 palmos quadrados não poderá conter mais de 60 meninos, deixados os corredores intermédios para as evoluções e as laterais e o fundo da sala para os exercícios nos grupos. Este sistema se pode adaptar melhor às condições do espaço, construindo mesas ou carteiras para 2 alunos e assento separado para cada um.

Quanto até hoje nas estreitas e mal alumadas salas de nossas escolas se apinham, e por muito tempo se apinharão, centenas de crianças em espaço que, a seguir-se os preceitos dos mestres, não caberia uma quinta parte, não é tão pouco que demos um passo, alargando o cômodo de cada menino (COSTA, 1884, p. 12).

O professor Manoel Olympio tinha em sua mente um tipo de escola que deveria abrigar grandes contingentes de estudantes, de modo que o uso da carteira individual, dependendo do tamanho da sala de aula, limitaria essa cifra a 60 alunos! Uma alternativa seria recorrer à conhecida solução meio-termo, aqui acrescida de uma novidade: bancos-carteiras de dois lugares, mas com assentos individuais. Se não era viável alargar o espaço dos alunos com uma carteira individual, ao menos seria possível ir “alargando o cômodo de cada menino”.

Por fim, questões de ordem ergonômica também foram consideradas pelos conferencistas. A crítica que se fazia era em torno da bitola, isto é, dos tamanhos disponíveis dos bancos. Sobre isso se manifestou Januário dos Santos Sabino: “... havendo só duas bitolas destes bancos e não podendo elas corresponder aos diferentes tamanhos da criança, fica esta sujeita a todos os perigos que um tal defeito acarreta”. Para ele, era necessário aumentar os tamanhos dos bancos disponíveis para a infância (SABINO, 1884, p. 7).

Mais demoradamente sobre a questão das bitolas deteve-se a professora Rosalina Frazão, novamente recorrendo ao relatório do dr. Antonio de Paula Freitas. Falando da opção pela produção de bancos e mesas firmes, não reguláveis – ao contrário de vários modelos americanos e franceses, então em circulação – este engenheiro, segundo citação dele feita pela professora primária, propunha, em contrapartida, vários tipos de bitolas, capazes de tornar os bancos adaptáveis aos diferentes tamanhos dos alunos, ainda que os móveis fossem fixos e grudados por parafusos:

Este inconveniente [o dos bancos ou mesas grudados por parafusos] fez preferir os bancos e mesas firmes, sem molas nem parafusos, sem prejuízo entretanto das dimensões e proporções gerais de cada uma das peças.

É claro que para este fim bastará adotar um certo número de bitolas que se acomodem às idades, ou antes, às estaturas dos alunos, desde o menino de 5 anos até o adulto.

Para os bancos teve-se em vista que a altura da tábua fosse igual ao comprimento da perna do aluno até a dobra do joelho, a profundidade da mesma [a largura] igual ao comprimento do fêmur; a tábua do assento ligeiramente inclinada de diante para trás cerca de 5%; o encosto construído de maneira a servir

de apoio às costas na região lombar, a fim de impedir que o peso do corpo se exerça sobre os rins, e não excedendo dessa altura a fim de não motivar a preguiça do aluno.

Para as mesas admite-se geralmente que a tábua seja ligeiramente inclinada de 10 a 12% para o lado dos bancos e a borda superior chegue a altura do côncavo do estômago, dessa forma o aluno, repousando o antebraço sobre a mesa, poderá não só escrever mantendo o corpo em uma posição favorável sem afastar-se do encosto do banco, como a vista em uma distância da escrita relativamente a mais racional.

Peço licença para interromper a exposição do ilustrado engenheiro, observando que eu acho um pouco forte esta inclinação de 10 a 12%. Quer me parecer que uma inclinação mais suave seria preferível (FRAZÃO, 1884, p. 8, grifos do autor).

Como se nota, o fato de as escolas primárias oitocentistas ainda serem frequentadas por crianças de diversas idades – afinal, estamos no período anterior ao da instalação da escola primária graduada, com a racionalização etária das classes escolares (SOUZA, 1998) – impunha que as carteiras escolares fossem pensadas para uso desses diferentes corpos, “desde o menino de 5 anos até o adulto”, escrevia o engenheiro Paula Freitas pela pena de Rosalina Frazão. O que definiria com precisão os tamanhos era a adequação das medidas a certas partes do corpo do estudante, como “a altura da tábua [...] igual ao comprimento da perna do aluno até a dobra do joelho” ou “a profundidade da mesma igual ao comprimento do fêmur”, e assim por diante. Percebe-se aí o esforço em tornar a mobília escolar, particularmente as carteiras escolares, adequadas aos usos que delas se fariam efetivamente: serem adaptáveis aos estudantes que nelas deveriam sentar-se para ali terem os seus aprendizados. Se possível, carteiras individuais. Quando não, carteiras minimamente adaptadas ao papel que desempenhariam no processo de escolarização.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, perseguimos um duplo objetivo: compreender o movimento de organização do Congresso de Instrução em 1883 e identificar que modelos de carteiras foram debatidos e indicados como os mais adequados para serem utilizados nas escolas.

Em relação ao primeiro objetivo, evidenciou-se que, apesar de um clima intelectual favorável à realização de um congresso de instrução em 1883 – como uma espécie de coroamento de debates que vinham sendo realizados desde a década anterior – as mudanças políticas e a crise orçamentária frustraram sua realização, legando, contudo, um importante registro desse evento não realizado: as *Atas e Pareceres* do Congresso de Instrução, através das quais é possível, ainda hoje, ter-se uma ideia do que seria discutido naquela ocasião.

No que toca ao segundo objetivo, interrogando esse mesmo legado, percebemos que a carteira escolar individual, por motivos de ordem disciplinar e ergonômica, foi considerada, por parte dos conferencistas do quinto ponto do congresso de instrução, a mais adequada para ser utilizada nas escolas. Contudo, por razões de espaço físico disponível nas escolas, nem sempre esse modelo poderia ser adotado, o que levava, por vezes, a se propor um meio-termo entre as carteiras de dois lugares ou de dois lugares com assentos separados. A maior discussão sobre o melhor tipo de carteira estava relacionada ao melhor rendimento e aproveitamento por parte dos alunos da instrução recebida, a ponto de se recomendar que as carteiras fossem adaptadas aos corpos dos estudantes e a suas diferentes idades.

Este estudo sobre o I Congresso de Instrução de 1883 e a discussão sobre as carteiras escolares como uma questão de materialidade anuncia, finalmente, a relevância de se mapearem essas reflexões em outras fontes do período, bem como nos autores e eventos mencionados por alguns dos conferencistas aqui analisados, a fim de perceber se as vozes capturadas configuram uma tendência ou uma posição específica em relação à materialidade das carteiras escolares nos anos finais do período imperial.

Referências

ALCÂNTARA, W. A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 2, p. 115-159, 2016. DOI: 10.1590/1982-02672016v24n0204. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/122775>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ALMEIDA, J. S. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval *et al.*

O legado educacional do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 133-216.

ANJOS, J. J. T. Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: a Fábrica Röhe & Irmãos e seus bancos-carteira. **Educar em Revista.** Curitiba, v. 35, n. 76, p. 71-94, jul./ago. 2019.

ANJOS, J. J. T. **Uma trama na História:** a criança no processo de escolarização primária nas últimas décadas do período imperial. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

ARRIADA, E.; TAMBARA, E. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. **Educação.** Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-88, jan./abr. 2012.

BAGNAUX, M. Conférence sur le mobilier de classe... *In: Les conférences pédagogiques faits aux instituteurs délégués a l' Exposition Universelle de 1878.* Paris: Librairie Ch. Dalegrave, 1880, p. 369-452.

BARRA, V. M. L. Condições materiais para o exercício docente: sinais de um projeto educacional oitocentista. **Cadernos de História da Educação.** Uberlândia, v. 7, p. 165-177, 2008.

BARRA, V. M. L. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas, n.14, maio/ago. 2007.

BASTOS, M. H. C. A educação como espetáculo. *In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C (orgs.). História e memórias na educação do Brasil.* Vol. II: Século XIX. Petropolis: Editora Vozes, 2005. p. 116-131.

BASTOS, M. H. C. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2003.

BASTOS, M. H. C. Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873-1890). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2.* Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2002.

BRASIL. **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

CARULA, K. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873- 1880)**. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo.

CASTRO, R. X. S; SILVA, V. L. G. Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras. In: SILVA, V. L. G; PETRY, M. G. (Orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

CEARENSE. Fortaleza, 18 jan. 1882.

CHARTIER, A-M. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2000.

COLLICHIO, T. A. F. Dois eventos importantes para a História da Educação Brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências Populares da Freguesia da Glória. **Revista Faculdade de Educação**. v.13, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 1987.

CONGRESSO PEDAGÓGICO. Ato do Governo Imperial. In: **Gazeta Médica da Bahia** (publicação mensal), a. XV, n. 7, jan. 1883.

COSTA, A. L. J. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro: entre a escolarização e a experiência**. 2012. (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, M. O. R. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

ESCOLANO, A. **Repensar la cultura material de la escuela: acotaciones y comentarios**. Macerata, 2017 (mimeo.)

FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Proposições**, v. 16, p. 87-102, jan./abr. 2005.

FRAZÃO, R. P. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

GARCIA, J. M. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem

ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 31 maio 1883.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15 mar. 1884.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 16 jun. 1883.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 19 jul. 1883.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 24 dez. 1882.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 30 out. 1881.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 8 ago. 1882.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A.. **Educação, Poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 1 abr. 1881.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 15 jul. 1884.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 20 jul. 1882.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 22 jul. 1882.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 4 nov. 1883.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 5 jun. 1882.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 8 jul. 1883.

LOURENÇO FILHO. Congresso e Conferência de Educação. Rápida resenha histórica. In: **Primeiro Congresso Nacional de Educação**. Ministério da Educação e Saúde: Serviço de Documentação, 1946. p. 5-8.

LUCROS E PERDAS. Rio de Janeiro, 2. ed. 1883.

MENESES, U B. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Orgs.). **Museus: dos Gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

MONÇÃO, V. M. Debates sobre jardins de infância no Congresso de Instrução (Rio de Janeiro, 1883). **Caminhos da educação: diálogos, culturas, diversidades**. Teresina, v. 2, p. 43-67, 2020.

MONÇÃO, V. M. O Congresso da Instrução (1883): análise sobre a atuação feminina e as proposições sobre a educação infantil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS, 10., Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UERJ, 2019.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, 9 abr. 1880.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 jan. 1883.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 jan. 1883.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 jan. 1883.

O ORBE. Rio de Janeiro, 11 mar. 1883.

O ORBE. Rio de Janeiro, 20 maio. 1883.

PERES, E.; SOUZA, G. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, C. A. et al. (Orgs.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925**. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

PESEZ, J-M. História da Cultura Material. In: LE GOFF, J. (Org.). **A História Nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, A. 8, n. 345, 1883.

SABINO, J. S. Classificação das escolas primárias – Disciplinas que devem ser ensinadas – Material escolar. In: **Atas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

SANTOS, H. H. M.; MIGNOT, A.C.V. Com a palavra, as carteiras escolares. In: SILVA, V.L.G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

SCHUELER, A. F. M. **Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)**. 2002. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SCHUELER, A. F. M. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). **Revista de Educação Pública**. Rio de Janeiro, v. 32, p. 50-65, 2007.

SCHUELER, A. F. M. Representações da docência na imprensa pedagógica da Corte imperial (1870- 1889): o exemplo da instrução pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 379-390, set./dez. 2005.

SILVA, J. T. **Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial, em 16/03/1876**. Maceió. Typ do Jornal das Alagoas, 1876.

SILVA, V. L. G.; SOUZA, G. Objetos de utilidade prática para o ensino elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. *In*: SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

SOUZA, R. F. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, M. L. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Edunesp, 1998.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: Edusc, 1999.

VIDAL, D.G. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos no Oitocentos. *In*: CURY, C. E.; MARIANO, S. (Orgs.). **Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009, p. 37-58.

Recebido em: agosto/2020.

Aceito em: setembro/2020.